

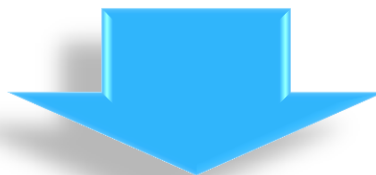
A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Congresso da Região de Aveiro
28 e 29 de maio de 2015

Lucília Ferra
Diretora-Geral das Autarquias Locais

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

- Programa do XIX Governo Constitucional
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2011



A descentralização enquanto vetor estratégico / princípio orientador da reforma da Administração Local

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Descentralização

- Na Administração Central

- Administração Central



Administração Local

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

APROXIMAR – Programa de Descentralização de Políticas Públicas

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013)



Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2014)

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública:

- *Pilares de reorganização com impacto na rede física:*
 - (i) integração dos serviços em Lojas do Cidadão
 - (ii) reorganização de *back offices*
 - (iii) rede complementar dos Espaços do Cidadão

- *Pilares de mobilidade:*
 - (iv) Portugal Porta-a-Porta (transporte a pedido)
 - (v) Espaços do Cidadão Móveis

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

(estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico de transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico)



Título IV do Anexo I – Descentralização administrativa

(artigos 111.º a 136.º)

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Descentralização administrativa – âmbito (artigo 113.º):

“(...) em todos os domínios dos interesses próprios das populações das autarquias locais e das entidades intermunicipais, em especial no âmbito das funções económicas e sociais.”

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Descentralização administrativa – objetivos (artigo 112.º):

- aproximação das decisões aos cidadãos
- promoção da coesão territorial
- reforço da solidariedade inter-regional
- melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações
- racionalização dos recursos disponíveis

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Descentralização administrativa – requisitos (artigo 115.º/3):

- não aumento da despesa pública global
- aumento da eficiência na gestão dos recursos
- ganhos de eficácia no exercício das competências
- cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º
- articulação entre os diversos níveis da Administração Pública

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Descentralização

- Transferência de competências
- Delegação de competências

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Transferência de competências:

- concretiza-se através da transferência por via legislativa
- tem caráter definitivo e universal

Delegação de competências:

- concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos
- não tem caráter definitivo e universal

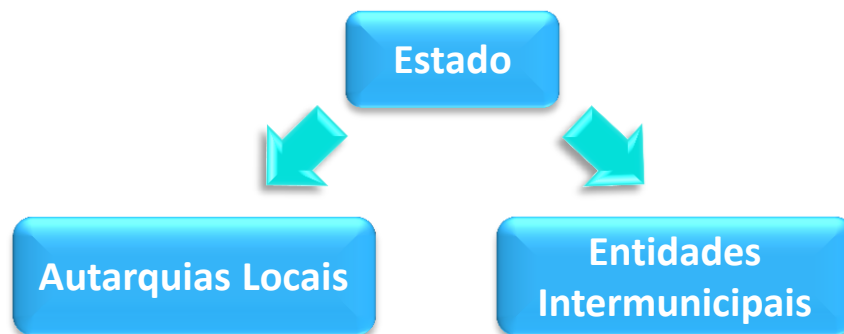
A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Delegação de competências



A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Delegação de competências



Artigo 124.º/2: “As competências delegáveis são as previstas em lei.”

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro

(estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais)

- Opção por implementar a descentralização de forma progressiva e faseada, através de projetos-piloto, ficando o eventual alargamento da descentralização dependente da avaliação dos projetos-piloto

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Decreto-Lei n.º 30/2015 – domínios de delegação de competências:

- Educação
- Saúde
- Segurança Social
- Cultura

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Delegação de competências (Estado → Municípios)

- Contratos interadministrativos (artigos 120.º a 127.º)
- Compete à **câmara municipal** *“discutir e preparar com os departamentos governamentais (...) contratos de delegação de competências”* [artigo 33.º/1/l)] e *“submeter à assembleia municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências com o Estado”* [artigo 33.º/1/m)]
- Compete à **assembleia municipal**, sob proposta da câmara municipal, *“autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado”* [artigo 25.º/1/k)]

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Delegação de competências (Estado → Áreas Metropolitanas)

- Contratos interadministrativos (artigos 120.º a 127.º)
- Compete à **comissão executiva metropolitana** “discutir e preparar com os departamentos governamentais (...) contratos de delegação de competências” [artigo 76.º/1/gg)] e “submeter ao conselho metropolitano, para efeitos de autorização, propostas de celebração dos contratos de delegação de competências” [artigo 76.º/1/hh)]
- Compete ao **conselho metropolitano** “autorizar a celebração de contratos de delegação de competências com o Estado” [artigo 71.º/1/i)]

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Delegação de competências (Estado → Comunidades Intermunicipais)

- Contratos interadministrativos (artigos 120.º a 127.º)
- Compete ao **conselho intermunicipal** *“discutir e preparar com os departamentos governamentais (...) contratos de delegação de competências”* [artigo 90.º/1/k)] e *“aprovar a celebração de contratos de delegação de competências com o Estado”* [artigo 90.º/1/l)]

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Delegação de competências (Municípios → Freguesias)

- Delegação legal (artigos 132.º a 136.º): mediante a celebração de **acordos de execução**
- Delegação «tradicional» (artigos 120.º a 123.º): mediante a celebração de **contratos interadministrativos**

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Delegação de competências (Municípios → Áreas Metropolitanas)

- Contratos interadministrativos (artigos 120.º a 123.º e 128.º a 130.º)
- Compete à **assembleia municipal**, sob proposta da câmara municipal, *“autorizar a celebração de contratos de delegação de competências (...) entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal”* [artigo 25.º/1/k)]
- Compete à **comissão executiva metropolitana** *“discutir e preparar (...) com as câmaras municipais contratos de delegação de competências”* [artigo 76.º/1/gg)] e *“submeter ao conselho metropolitano, para efeitos de autorização, propostas de celebração dos contratos de delegação de competências”* [artigo 76.º/1/hh)]
- Compete ao **conselho metropolitano** *“autorizar a celebração de contratos de delegação de competências (...) com os municípios”* [artigo 71.º/1/i)]

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Delegação de competências (Municípios → Comunidades Intermunicipais)

- Contratos interadministrativos (artigos 120.º a 123.º e 128.º a 130.º)
- Compete à **assembleia municipal**, sob proposta da câmara municipal, *“autorizar a celebração de contratos de delegação de competências (...) entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal”* [artigo 25.º/1/k)]
- Compete ao **conselho intermunicipal** *“discutir e preparar (...) com as câmaras municipais contratos de delegação de competências”* [artigo 90.º/1/k)] e *“aprovar a celebração de contratos de delegação de competências (...) com os municípios”* [artigo 90.º/1/l)]

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Artigo 96.º/2 da LOE2015 – apoio à integração de serviços



Reforma para a Partilha e Integração de Serviços dos Municípios

(Despacho n.º 5119-B/2015)

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

“A descentralização representa um processo evolutivo da organização do Estado, visando o aumento da eficiência e eficácia da gestão dos recursos e prestação de serviços públicos pelas entidades locais, mediante a proximidade na avaliação e na decisão atendendo às especificidades locais”

(in preâmbulo do Decreto-Lei n.º 30/2015)

A NOVA LEGISLAÇÃO E A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

F I M

Lucília Ferra
Diretora-Geral das Autarquias Locais